view/123 DORIGON, Thaisa C.; ROMANOWSKI, Joana P; apud: SCHON, D. Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem. Trad.

Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.

São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HOUAISS, Antonio, VILAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: objetiva, 2001.

LIBANEO. José Carlos. O ensino de graduação na universidade: a aula universitária. Disponível em: www.ucg.br/site_docente/edu/libaneo/pdf/ensino.pdf.

Acesso em 04.08.2018.

O ENSINO DE ARTE E A MÚSICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo de enfatizar a importância do ensino de arte na Educação Infantil e Séries Iniciais. O desenvolvimento baseou-se na pesquisa descritiva e explicativa, limitando-se a pesquisa bibliográfica. Visa o esclarecimento sobre a História do ensino de Arte no Brasil, a legislação vigente sobre o ensino de Arte na escola. Propõe-se estudos sobre a musicalização na escola e a sua importância para o desenvolvimento da criança. Por fim, os estudos voltam-se também para o trabalho em música e arte com jogos e brincadeiras e o docente na sala de aula.

Palavra-chave: Arte; Ensino; Música.

INTRODUÇÃO

Desde a primeira infância as crianças já vão entrando em contato com esta variedade e pluralidade de manifestações culturais e artísticas e desenvolvendo formas próprias de admirar, apreciar e julgar as manifestações artísticas e culturais do meio social em que estão inseridas. Assim, a criança estabelece um diálogo com o universo da arte, inspiradas pelo artista, que expressa suas representações, modos de ver o mundo, sentimentos e emoções por meio das cores, acordes, movimentos etc. Vários estudiosos e pesquisadores (Duarte Junior, 2003; Ferraz e Fusari, 1994; Barbosa, 1994; Rosa, 2006 entre outros) defendem a importância do ensino de Arte na escola, como forma de proporcionar ao educando o desenvolvimento de uma postura crítica, sensível e criativa perante o mundo por meio de processos de ensino-aprendizagem em arte, como também para propiciar ao aluno a oportunidade de expressar-se por meio das várias linguagens, materiais, suportes etc.

Ferraz e Siqueira (1978) defendem que o ensino de Arte tem o potencial educativo para o desenvolvimento de processos de humanização do indivíduo e estimular a imaginação, o autoconhecimento, o senso estético e o potencial criativo. Barbosa (1975) destaca que o ensino de Arte também possibilita a superação da tendência de simples assimilação de conteúdos de forma mecânica de desprovida de sentido, que impregnou boa parte dos sistemas educativos, ao explorar o mundo de forma sensível.

Lowenfeld e Brittain (1977) postulam que o ensino de Arte pode ter um papel fundamental na formação integral do indivíduo, contrapondo-se à tendências sociedade contemporânea em valorizar ao extremo as recompensas materiais. Nessa perspectiva, o individuo fica relegado a segundo plano, e a escola, em sua ação educativa, não consegue ultrapassar uma concepção de formação das novas gerações além da preparação para a atuação no mercado de trabalho de forma acrítica e para o consumo de bens.

Os autores destacam que uma proposta consistente de educação para a arte nas escolas não pode, por si só, provocar todas as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade mais humana e solidária e para provocar alterações nas ações educativas, mas defendem que uma ação consistente de educação pela arte nas escolas pode cooperar de forma significativa para a construção de uma nova filosofia e uma estrutura inteiramente nova nos sistemas de ensino.

Todas estas referências, além de tantas outras possíveis e pertinentes, revelam a importância de se trabalhar com as linguagens artísticas nas escolas de educação básica.

A arte tem desempenhado um papel importante na sociedade e na vida das pessoas desde a pré-história até a atualidade. O ser humano, desde seu nascimento, entra em contato com múltiplas manifestações culturais, entre as quais, merecem destaque as atividades artísticas, que por intermédio de imagens, sons, movimentos, estabelecem

uma comunicação entre o homem e o meio social.

O ENSINO DE ARTE NO BRASIL

O ensino de Arte passou por vários momentos, com influências pedagógicas distintas em vários momentos da história da educação brasileira. Neste breve ensaio, procuramos apresentar de maneira sintética as principais tendências e as legislações que orientaram o ensino de arte no Brasil, desde a vinda da Missão francesa até a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Arte, em 1996. O estudo das tendências pedagógicas e o ensino de Arte são essenciais para entendermos as concepções que orientaram a arte-educação e que ainda hoje se apresentam em muitos sistemas de ensino e unidades escolares.

As primeiras escolas de desenho técnico do Brasil apareceram após a vinda de D. João VI ao nosso país, em 1808, que, procurando adequar a cidade do Rio de janeiro às necessidades dos nobres que vieram com a Família Real, realizou várias reformas administrativas, socioeconômicas e culturais.

Nesse contexto, chega ao Brasil em 1816 a Missão Francesa, chefiada pelo artista JoachinLebreton, liderando o grupo de vários artistas, como Nicolas Antonie Taunay, Jean-Baptiste Debret, entre outros, que marcaram a arte em nosso país.

Esse grupo organizou ainda em 1816 a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios. Esta escola começou a funcionar efetivamente em 1826, com seu nome alterado para Imperial Academia e Escola de Belas-Artes, que seria nossa primeira escola de arte.

Barbosa (1975) afirma que durante o século XIX tinha-se a ideia de que o ensino de Arte ameigaria o caráter da pessoa, sendo este útil na educação da mulher em sua vida cotidiana e seu aprendizado, com frequência, se dava em escolas católicas, segundo crença de que "[...] tocar piano, fazer perfeitas cópias de paisagens, embora de mau gosto, a óleo e carvão, e bordar com perfeição, eram indicadores de educação refinada e de alta classe" (Barbosa, 1975, p.39).

Já para os rapazes, havia um preconceito para com o trabalho manual voltado para o homem da aristocracia, sendo que este era feito por escravos. Esta visão imperou por um longo período, pois não havia a necessidade eminente dos conhecimentos do desenho técnico pela inexistência de indústrias em nosso país.

Com a queda da monarquia e com grandes transformações culturais no país, inicia-se o processo de industrialização, que se intensifica gradativamente a partir do século XIX, começa-se a valorizar o ensino do desenho, porém com vistas a preparar profissionais para o trabalho industrial e manual. O que se buscava era o preparo técnico das pessoas, objetivando atender a demanda e o crescimento industrial. Vale lembrar que neste período a educação brasileira apoiava-se no positivismo de Auguste Comte, e a arte, segundo essa concepção, se torna importante na medida em que contribuísse para a ciência.

Segundo esses preceitos e do liberalismo, que começou a influenciar o ensino em nosso país, o ensino de Arte passou a ser visto como um meio para ajudar na invenção e na produção industrial. Por também ter como centro o ensino do desenho objetivando a produção industrial tornou-se "[...] possível a articulação entre positivismo e liberalismo em várias reformas e propostas educacionais, com predomínio ora de uma, ora de outra tendência" (DUARTE JR, 1988, p.123)

Barbosa (1975) afirma que durante o século XIX tinha-se a ideia de que o ensino de Arte ameigaria o caráter da pessoa, sendo este útil na educação da mulher em sua vida cotidiana e seu aprendizado, com frequência, se dava em escolas católicas, segundo crença de que "[...] tocar piano, fazer perfeitas cópias de paisagens, embora de mau gosto, a óleo e carvão, e bordar com perfeição, eram indicadores de educação refinada e de alta classe" (Barbosa, 1975, p.39).

Já para os rapazes, havia um preconceito para com o trabalho manual voltado para o homem da aristocracia, sendo que este era feito por escravos. Esta visão imperou por um longo período, pois não havia a necessidade eminente dos conhecimentos do desenho técnico pela inexistência de indústrias em nosso país.

Com a queda da monarquia e com grandes transformações culturais no país, inicia-se o processo de industrialização, que se intensifica gradativamente a partir do século XIX, começa-se a valorizar o ensino do desenho, porém com vistas a preparar profissionais para o trabalho industrial e manual. O que se buscava era o preparo técnico das pessoas, objetivando atender a demanda e o crescimento industrial. Vale lembrar que neste período a educação brasileira apoiava-se no positivismo de Auguste Comte, e a arte, segundo essa concepção, se torna importante na medida em que contribuísse para a ciência.

No ensino "[...] a arte era encarada como um poderoso veículo para o desenvolvimento do raciocínio desde que ensinada através do método positivo, subordinasse a imaginação à observação" (BARBOSA, 1978, p.70).

Segundo esses preceitos e do liberalismo, que começou a influenciar o ensino em nosso país, o ensino de Arte passou a ser visto como um meio para ajudar na invenção e na produção industrial. Por também ter como centro o ensino do desenho objetivando a produção industrial tornou-se "[...] possível a articulação entre positivismo e liberalismo

em várias reformas e propostas educacionais, com predomínio ora de uma, ora de outra tendência" (DUARTE JR, 1988, p.123)

A tendência liberal se fez presente nos pareceres sobre as Reformas do e da memorização, para se apropriar dos conceitos apresentados, geralmente por aulas expositivas, seguindo uma sequência linear e uma progressão lógica dos conhecimentos abordados.

Assim, na Pedagogia Tradicional, o professor é o detentor do conhecimento e o aluno um simples receptor, sem espaço para questionamentos e debates e sem ser contemplado em sua realidade social e de suas características individuais. O processo de avaliação é orientado por provas escritas, exercícios e trabalhos de casa, tendo o professor a liberdade para aplicar punições e ameaças, como também reduzir as notas em função do comportamento do aluno.

No ensino de Arte, os conteúdos valorizados eram os considerados úteis para a preparação profissional, incluindo o desenho de ornatos, o desenho geométrico, entre outros, e restringindo-se à cópia e modelos propostos pelo professor, com vista ao desenvolvimento da coordenação motora e à percepção visual do educando.

Na avaliação, segundo Ferraz e Fusari (1993, p.25), o professor de desenho valorizava "[...] o conhecimento dos alunos por métodos que tinham a finalidade de exercitar a mão, a vista, o gosto e o senso moral".

A partir da década de 1950, além do Desenho passaram a compor o currículo das escolas as disciplinas Música, Canto Orfeônico e trabalhos manuais, que mantinha as orientações metodológicas tradicionais.

Esta maneira de conceber o processo de ensino-aprendizagem persiste ainda hoje em muitos espaços educacionais e nas aulas de Arte, mesmo com todos os avanços e propostas mais recentes que propõem em processo mais significativo para a aprendizagem em arte, como a Proposta Triangular da prof.ª Ana Mae Barbosa, os preceitos educacionais para o ensino de Arte contidos nos Referenciais Curriculares Nacionais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, entre outros, amplamente divulgados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4.024, de dezembro de 1961 também procura dar um avanço na valorização do Ensino de Arte. Tenta resolver um antigo conflito entre a arte e a técnica, porém "[...] a resistência dos professores de desenho, possibilitou pouco a pouco uma limitação da arte às áreas de iniciação artística", (BARBOSA, 1975, p.100)

No artigo 38, item IV da LDB 4.024, o ensino de Arte é contemplado como atividade complementar de iniciação artística, enquanto o ensino de desenho se apresenta como disciplina obrigatória nos currículos de muitos estados brasileiros.

Nesse período começa no país um tumultuado processo político com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, que foi pressionado pelas classes dominantes, que o viam como um aliado do comunismo. Esta foi uma época de politização intensa, com a mobilização de diversos segmentos da sociedade, como os estudantes, a união dos trabalhadores e ligas camponesas, de forte identificação com a cultura e a educação brasileira. Segundo Barbosa (1975), este foi um período de renovação cultural que atinge várias áreas.

Na arquitetura, Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Na Literatura, Guimarães Rosa, Jorge Amado, entre outros. No cinema, Glauber Rocha, com o Cinema Novo. Na música, a Bossa Nova, com vários expoentes como Nara Leão, Tom Jobim, Vinicius de Moraes, etc. Na Educação, o ideário de Paulo Freire.

Entretanto, apesar do clima de euforia cultural presente no país, os problemas sociais continuavam e, visando eliminar as desigualdades sociais, o sucessor de Jânio Quadros, seu vice João Goulart, propõe as reformas de base, com mudanças profundas em várias áreas e propostas ousadas como a reforma agrária, entre outras. Isto veio acirrar ainda mais o descontentamento da classe dominante, que via nas reformas uma ameaça aos seus lucros e privilégios. Em consequência disso, aliam-se aos militares para tramar a queda de João Goulart.

DE 1964 A 1985:No dia 31 de março de 1964, as Forças Armadas brasileiras derrubam o Governo Goulart. Tem início a ditadura militar, ficando o país durante 21 anos sob o comando dos militares.

Instala-se no país uma política de desenvolvimento dependente, ficando o país subordinado às grandes potências capitalistas. O modelo de desenvolvimento econômico adotado "abriu as do país" ao capital estrangeiro, instalando-se no Brasil poderosas e modernas indústrias multinacionais. É um período marcado por extremo autoritarismo, com atos de violência, tortura, exílio e até mortes por parte dos órgãos de repressão do governo aos que se opusessem ao regime implantado.

Nesta época vários educadores socialistas e democratas foram perseguidos e impedidos de lecionar. Alguns, como Anísio Teixeira e Paulo freire, foram expulsos do país, o que interrompeu o intenso debate que até então estava se consolidando sobre os rumos da educação nacional.

As decisões foram centralizadas, com forte repressão aos críticos às concepções educacionais e determinações do novo regime. As mudanças foram implantadas de forma autoritária, sem debate político e sem

participação popular.

1 Procurando adequar a educação aos preceitos que defendiam, o governo brasileiro, desde 1966, firmou acordos com a United States for International

Development (USAID). Esta agência americana reformulou a educação brasileira aos moldes das necessidades do modelo capitalista que estava em processo de implantação. As mudanças educacionais deveriam formar mão-de-obra barata e especializada para atender as indústrias que aqui se instalavam, como também deveriam eliminar a criticidade e a criatividade dos educandos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte abrangem todos os ciclos do ensino fundamental, contemplando quatro modalidades artísticas: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

Segundo Pimentel (1999, p.97), os PCN para o ensino de Arte podem ser agrupados em cinco categorias e objetivos, sendo elas:

Arte como expressão– que visa desenvolver a capacidade de se expressar e saber comunicar-se por meio das artes;

Elementos básicos formais– que consiste em possibilitar ao educando interagir com materiais, instrumentos e procedimentos diversos em artes;

Produtores de arte– que objetiva construir uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e respeito e conhecimento dos colegas;

Diversidade de formas de arte e concepções estéticas da cultura regional– que pretende possibilitar ao aluno a compreensão e a identificação da arte como fato histórico, contextualizado e presente nas diversas culturas, e a arte na sociedade– que visa reconhecer as relações entre o homem e a realidade do meio social em que vive.

Por outro lado, temos estudiosos que contemplam avanços com os PCNs, como por exemplo Mesmo que pesem sobre os PCNs algumas críticas quanto a sua forma e processo de construção, o Documento acaba por influenciar a prática de muitos educadores, ainda que de forma superficial. (ROSA, 2005, p. 78)

O que percebemos é que todas estas mudanças na concepção de ensinoaprendizagem em arte marcam uma ruptura na concepção de ensinar e aprender arte, em uma perspectiva progressista e do reconhecimento da arte como uma área do conhecimento Desta maneira, sendo a arte uma área do conhecimento, buscouse uma nova concepção para desenvolver os conteúdos e alcançar os objetivos defendidos no PCN de Arte. Nesse sentido, os PCNs indicam uma perspectiva didática que se desenvolve em três eixos: a produção (o fazer artístico), a fruição (apreciação estética) e a reflexão (construção do conhecimento), dimensões essas que têm como inspiração a proposta triangular da professora Ana Mae Tavares Barbosa.

ENSINO DE ARTE E A MUSICALIZAÇÃO

O ensino de Música na escola em nosso país passou por períodos de valorização, com propostas pedagógicas ousadas e consistentes, como o Canto Orfeônico, idealizado por Villa-Lobos, como por momentos em que a música ficou apenas como um meio para desenvolver temáticas relacionadas a outros ramos do conhecimento, sem uma proposta que valorizasse seu potencial educativo, como podemos observar em muitas práticas educativas na década de 1970.

Iniciaremos nosso estudo fazendo um breve relato das principais tendências do ensino de Música em nosso país, desde a década de 1930 até a atualidade, pois verificamos que algumas concepções já superadas, se apresentam na prática de muitos docentes na atualidade, o que é fruto, entre outros aspectos, de suas vivências e experiências na educação musical na época em que foram estudantes, ou nos preceitos que orientaram sua formação inicial.

Assim, faz-se necessário discutir as concepções presentes no cotidiano escolar, como também as propostas mais atuais do ensino de Música na educação brasileira.

Na década de 1930 a proposta educacional na área de Música foi o modelo do Canto Orfeônico, idealizado pelo músico brasileiro Heitor Villa-Lobos, que foi uma importante referência por propor um projeto consistente em educação musical a todo o país.

Sua proposta foi implantada nas escolas brasileiras por meio do Decreto 18.890, de 1931, concepção que esteve em consonância com o ideário político do período entre 1930 e 1945.

Com o apoio do presidente da República Getúlio Vargas, em pleno Estado Novo, Villa-Lobos foi convidado para assumir a Superintendência de Educação Musical e Artística – SEMA, órgão fundado pelo educador Anísio Teixeira.

Por meio da SEMA, Villa-Lobos criou, entre outras ações, o Curso Especializado de Música e Canto Orfeônico, que visava preparar professores especializados para atuar nas unidades escolares, que tinha como objetivo preparar os docentes para o ensino de Música nas dimensões técnica, social e artística. No currículo do curso constavam os seguintes conteúdos: regência, canto orfeônico, orientação prática, solfejo, técnica musical, entre outros. Também foram contempladas no curso, pela primeira vez em nosso país, o estudo da etnografia e do folclore, conteúdos até então não valorizados no contexto

da educação escolar.

O projeto Canto Orfeônico de Villa-Lobos foi implantado e modificou o cenário da educação musical em nosso país, porém, com o decorrer do tempo, encontrou algumas dificuldades em seu desenvolvimento.

Segundo os PCNs – Arte (1998), o modelo do Canto Orfeônico foi a proposta educacional para o ensino de Música para crianças que mais perdurou em nosso país, sendo desenvolvido por cerca de 30 anos.

O Canto Orfeônico só deixou de fazer parte do currículo das escolas com a implantação da disciplina Educação Musical, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Essa nova orientação, influenciada por novos modelos de educação musicais propagadas na Europa, provocou alterações nas concepções e nas ações didáticopedagógicas de alguns professores.

A disciplina Educação Musical é excluída do currículo do então ensino primário e ginasial pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – lei Nº 5692, de 1971, que reorganiza a estrutura formal do ensino brasileiro e inclui no currículo escolar de primeiro grau (da 1ª a 8ª séries) e no segundo grau (do 1º ao 3º ano), a disciplina Educação Artística.

A Lei 5692/71 teve como orientação a concepção tecnicista para o desenvolvimento das aulas de Arte, o que desencadeou uma prática mecanicista dos docentes. Desta forma

Nas aulas de Arte, os professores enfatizam um "saber construir" reduzido aos seus aspectos técnicos e ao uso de materiais diversificados (sucatas, por exemplo), e um "saber exprimir-se" espontaneístico, na maioria dos casos caracterizando poucos compromissos com o conhecimento de linguagens artísticas. (FERRAZ E FUSARI, 1993, p.32) Segundo Ferraz e Fusari (1994, p.37), os professores que já atuavam nas disciplinas de Música, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto Coral e Artes Aplicadas "[...] viram seus saberes repentinamente transformados em meras atividades artísticas."

São esses os docentes que inicialmente atuariam como professores de Educação Artística, pois só em 1973 o governo cria o curso de graduação em Educação Artística, com um currículo que abrangia as linguagens plástica, musical e corporal, o que se mostrou inadequado, visto que é difícil que apenas um docente consiga desenvolver um trabalho consistente nas áreas musical, teatral e plástica, principalmente estes profissionais que já tinham uma formação inicial totalmente focada em uma das linguagens.

Vários autores (Ferraz e Fusari, 1993, 1994; Barbosa, 1986; Pimentel, 1999, entre outros) destacaram as inadequações que se apresentaram no desenvolvimento das aulas de Arte após a implantação da Lei 5692/71 e da Licenciatura em Educação Artística, situação esta que se agrava com a publicação do Parecer 540/77, que concebeu a Educação Artística não como uma área do conhecimento, e sim como uma atividade, relacionando-a ao lazer e à qualidade de vida.

Todo esse processo foi, de maneira gradativa, reforçando a ideia de que a Arte na escola deveria ser orientada como um espaço para realização de atividades espontaneístas, de relaxamento.

O ensino de Música, que passou a ser ministrado na disciplina Educação

Artística com um viés tecnicista, mesmo com o avanço do debate, da pesquisa e de publicações que defendiam mudanças nas concepções e na ação educativa em música.

Com vistas a alterar esta situação, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, e posteriormente pela elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte, de 1998, que concebe a música como essencial na formação das novas gerações, possibilitando ao "[...] aluno trazer música para a sala de aula, acolhendo-a, contextualizando-a e oferecendo acesso a obras que possam ser significativas para o seu desenvolvimento pessoal em atividades de apreciação e produção." (PCN – Arte, 1998, p. 75).

Mais recentemente, foi publicada no Diário Oficial da União, a Lei Nº 11.769, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio), alterando o artigo 26 da LDB

9394/96, que inclui o parágrafo 6º o seguinte texto: "A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo", ou seja, que "[...] o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica" (Art. 2º da LDB Nº 9394, 1996).

Vale lembrar que esta lei tem três anos para ser atendida, visto que requer uma adequação curricular nos sistemas de ensino e da estrutura das unidades escolares, como também da formação dos docentes para atender esta exigência.

Para Swanwick (1988), o ensino de Música tem sua fundamentação em três correntes filosóficas: ensino musical tradicional, ensino musical centrado na criança e ensino musical multicultural. A seguir, apresentaremos de forma sucinta as principais características de cada uma dessas tendências pedagógicas.

Ensino musical tradicional– nesta concepção acredita-se que o aluno deve dominar

certas habilidades e conhecer a Música. Para isso, a ênfase deve estar no aprendizado e na prática do instrumento musical, na teoria e na história da Música.

Ao professor cabe a tarefa de iniciar os alunos nas tradições da música ocidental, ou seja, o objetivo era de educar músicos.

A tendência tradicional no ensino de música concentra-se apenas na reprodução de conteúdos desvinculados do contexto cultural, social e das diferenças individuais dos educandos. O professor, sendo a figura principal do processo de ensino-aprendizagem, é quem determina os conteúdos a serem ensinados, geralmente apresentados como verdades absolutas, com posturas autoritárias e de práticas de simples transmissão do conhecimento.

Ensino musical centrado da criança– concepção que surge no século XX, que têm como parâmetro a expressão e o sentimento. É conhecida como Pedagogia Nova, que teve como principais expoentes os educadores John Dewey, Bruner e Herbert Read.

Nessa tendência da educação musical a orientação pauta-se na experiência musical intuitiva. À alfabetização musical, que tem vários representantes e, entre eles, os precursores são:

Émile Jacques-Dalcroze – nascido em Viena em 1865. Mudou-se para a Suíça, na cidade de Genebra, anos dez anos, onde formou-se em piano no Conservatório de Genebra. Após este período, dedicou-se a consolidar sua carreira como artista com breves temporadas em Viena e Paris, para aprofundar seus conhecimentos.

Passa a lecionar a disciplina Harmonia Teórica no Conservatório de Genebra a partir de 1892, e, nos primeiros dez anos de atividade, desenvolveu uma proposta de educação musical baseada em exercícios corporais.

Na década de 1920 dedicou-se a desenvolver atividades rítmicas com crianças portadoras de necessidades especiais, trabalhando com crianças cegas, surdas etc.

A utilização de movimentos corporais para demonstração da percepção e da compreensão dos ritmos contidos na proposta de Dalcroze estimula a "livre expressão da criança, incentivando-a a criar ritmos, melodias, movimentos simples e coreografias" (MENDES e CUNHA, 2001, p. 89); como também utiliza o treino do solfejo e da improvisação para desenvolver sua proposta.

Dalcroze faleceu em Genebra, em 1950, deixando uma produção teórica intensa que até hoje influencia a educação musical para crianças em todo o mundo. 1 Edgar Willems – nascido em 1890 em Lanaken, na Bélgica. Foi discípulo de Dalcroze e seu trabalho também valorizou os movimentos corporais.

Para Willems (1966), o ritmo está presente no ser humano em suas manifestações básicas, como no andar, no respirar, no pulsar do coração, nos movimentos sutis causados pelos sentimentos, emoções ou pensamentos etc.

Defende que esses movimentos instintivos presentes na existência humana devem ser utilizados pelos professores, como forma de despertar no educando a vivência interior de ritmo.

Segundo Mendes e Cunha (2001), o método de Willems apoia-se em atividades de percepção do som, que compreende o ouvir, reconhecer, classificar e ordenar; a produção do som, que contempla a repetição de melodias, de um ritmo, de aprender a cantar uma canção e de invenção e improvisação.

A pedagogia de Orff utiliza o movimento corporal como uma ferramenta essencial para a aprendizagem musical, que aborda o movimento não como um fim em si mesmo, mas com um significado que objetiva direcionar o crescimento musical e emocional do educando. Entende que a criança está sempre em movimento, e propõe aproveitar esta característica do universo infantil para desencadear um processo de aprendizagem em música.

Tem como princípio desenvolver habilidades e conceitos de música com vistas a propiciar o desenvolvimento de quatro níveis de aprendizado: imitação, exploração, alfabetização e improvisação. Para tanto, propõe sequências, danças, coreografias etc., que são elementos que auxiliam a alfabetização musical.

A obra didática de Orff, que integra o pensamento musical elementar à improvisação, também utiliza instrumentos de percussão para seu desenvolvimento, material conhecido como Instrumentário de Orff, "[...] um conjunto de instrumentos adequados ao trabalho proposto, constituído principalmente de matalofones, xilofones, flautas doces, instrumentos de corda e numerosos instrumentos de percussão."(MENDES e CUNHA, 2001, p. 90).

Mendes e Cunha (2001) destacam que a proposta de Orff não chega a se constituir um método de ensino, e sim uma diretriz inicial para ser adaptada à realidade do professor e as manifestações folclóricas do país.

Também é importante destacar que, para Orff, a música deve ser propagada para todas as pessoas e não somente para as que apresentarem habilidades e tendências especiais na linguagem musical.

Murray Schafer - nascido na Canadá, em 1933. Schafer defende uma nova postura frente aos sons, proposta que constitui o desenvolvimento de um novo

"olhar" perante o mundo. Seu objetivo

pedagógico-musical consiste em considerar o corpo de forma integrada em uma perspectiva rítmica.

Desta maneira, defende a integração de todos os sentidos, em vez de fazer uma análise particularizada de cada um. Embora entenda que os estudos sobre os sentidos de forma particularizada tenham nos propiciado um avanço no conhecimento sobre os sentidos, Schafer (1991) entende que esse avanço também proporcionou uma fragmentação entre a audição, a visão, o olfato, o paladar e o tato. Propõe que nos processos educacionais o ser humano seja visto de forma integral, por meio de uma visão global dos sentidos humanos.

Para Schafer (1991), o mundo contemporâneo, a vida sedentária e os avanços da tecnologia, entre outros aspectos, estão atrofiando os senso receptores de crianças, jovens e adultos, e cabe aos educadores ativá-los para que tenham maior consciência corporal. Para isso:

„Propõe que os alunos tenham uma vasta experiência exploratória do som antes de registrá-lo graficamente e dedicarem-se ao estudo de um instrumento. Tem uma grande preocupação com a „paisagem sonora na qual estamos inseridos: com sons agradáveis ou desagradáveis aos nossos ouvidos e como nos relacionamos com tais sons. (MENDES e CUNHA, 2001, p. 90).

Para as autoras, a proposta educacional de Schafer é viável em qualquer contexto educacional, pois não se apresenta como um método, e sim como um estímulo para ampliar o assunto tendo como referência a experiência do autor.

O ensino de música e o multiculturalismo – o contato com outras culturas proporciona ao educando a tomada de consciência de nosso percurso histórico, de nossa identidade cultural e de outros povos e culturas. Um importante elemento na educação das novas gerações.

Nessa perspectiva, é preciso contemplar no processo educacional em música o conhecimento sonoro das várias culturas, principalmente as que constituíam a cultura brasileira, com seus ritmos, instrumentos musicais etc.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Arte apontam a Arte como uma área do conhecimento, superando a concepção anterior explicitada na Lei 5692/71, que considerava a Educação Artística como uma atividade.

Com relação aos conteúdos específicos a serem desenvolvidos, nos PCNs encontramos sugestões para o currículo de arte no Ensino Fundamental, que são expostos em blocos, sendo

.Arte como expressão e comunicação dos indivíduos;

.Elementos básicos das formas artísticas, modos de articulação formal, técnicas, materiais e procedimentos na criação em Arte;

.Diversidade das formas de Arte e concepções estéticas da cultura regional, nacional e internacional: produções, reproduções e suas histórias;

.A arte na sociedade, considerando os produtores em Arte, as produções e suas formas de documentação, preservação e divulgação em diferentes culturas e momentos históricos (PCN – Arte, 1998, p. 57).

Segundo Bréscia (2003) ao se envolverem com a música as crianças melhoram sua audição, interpretação e suas capacidades de compreensão, também ajuda na linguagem oral e sua coordenação motora.

Oportunizar à criança de conhecer os vários ritmos e gêneros musicais trará a esta criança a possibilidade de tornar-se um ser crítico capaz de comunicar-se por meio da diversidade musical.

A música também pode ser usada na Educação Infantil com crianças de 5 a 6 anos em contribuição para o processo ensino-aprendizagem. Utilizando seus vários níveis de alcance desde a socialização até o gosto musical da criança.

A musicalização se constitui uma forma abrangente de educação, através de um processo pedagógico participativo que procura uma motivação diferente do ensinar, em que é possível favorecer a autoestima, a socialização e o desenvolvimento do gosto e do senso musical das crianças dessa fase.

A musicalização é um processo de construção do conhecimento, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação. A música possui um papel importante na educação das crianças.

A música proporciona na Educação Infantil a motivação no ensino, favorecendo autoestima, a socialização e o desenvolvimento do gosto e do senso musical das crianças dessa fase, proporcionando ainda, diversos benefícios para o desenvolvimento infantil.

A música é uma linguagem universal, tendo participação na história da humanidade desde as primeiras civilizações. Na Grécia antiga o ensino da música era obrigatório. Pitágoras era dessa época e afirmava que em um certo período da música tinha o poder de cura, e também era muito usado em rituais, festas ou seja, a música existe desde sempre.

No dia 18 de agosto de 2008, o Go-

verno Federal através do Ministério da Educação sancionou a Lei 1769/08 que aletara a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, tornando-se obrigatário o ensino de Música. Importa-se que se entenda as características da Lei acima,então entender que o projeto de lei tentava promover o resgate no sentido mais amplo e também minucioso da educação musical, não só valorizando o sentido da formação humana e da identidade brasileira, como também tentando fortalecer e motivar o sistema de ensino para contratação de profissionais com habilidades específicas para o ensino da música

No Brasil as primeiras manifestações musicais foram trazidas pelos Jesuítas, que a princípio não focavam a educação do povo, porém, utilizavam-se da arte para trazer mais servos para Deus.

No período Pré-escolar há oportunidades de trabalhar com várias atividades lúdicas com a música. É na Educação Infantil que a música deve ser bem trabalhada, despertando habilidades, pois o cérebro está no seu período deaceleração ativa, facilitando todos os conhecimentos, e estimulando todas as áreas cerebrais. Assim, ressalta-se a importância da música junto aos estudos científicos que buscam continuamente a melhoria da educação.

Nota-se que sobre o ensino obrigatório da música, afirma-se que não existe forma única para educação, e a escola não é o único lugar para que a mesma aconteça. Os saberes e os conhecimentos variam de acordo com os indivíduos e suas culturas. As metodologias em e práticas educativas, hoje em dia, se estendem às salas de aula, aos meios de comunicação, aos movimentos sociais, ao lar. É necessário a transmissão dos saberes na esfera educativa de forma mais adequada possível.

Segundo Brandão (1981, p. 7) o mesmo menciona que "ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com educação.

Ao longo da história, a música vem desempenhando um importante papel no desenvolvimento do ser humano, nos aspectos religiosos, moral e social, contribuindo assim para a criação de hábitos e valores indispensáveis à cidadania.

Sempre esteve ligada às tradições e à cultura de cada época.

Nos povos antigos a música fazia parte do currículo escolar. Portanto,o estudo musical é desde os tempos mais remotos uma matéria fortemente significante na vida do ser humano e nas relações entre esses.

Encontra-se a música presente em todos os cantos e se faz permanente na vida das pessoas a todo o momento, seja em casa, nas ruas, nas praças, nas grandes orquestras, nos teatros e hoje mais do que nunca nas instituições de ensino. Unificar música e educação dentro do ambiente escolar pode gerar resultados gratificantes, fazendo da difícil tarefa do ensino, algo prazeroso e divertido, por conta da significativa ajuda da área musical no desenvolvimento do ser humano.

Na música, o repertório musical e a simplicidade do seu fazer transmitem às crianças ideias de valores, comportamentos e caráter. E a educação utiliza-se da musicalidade para definição, integração, controle, organização escolar, entre outros, tendo nela um componente importante da cultura.

O som faz parte do cotidiano humano desde os tempos mais remotos. Nossa vida é rodeada de sons diversos. Os grunhidos na Pré-história eram uma das formas de comunicação, onde o som, a tonalidade e intensidade, representavam ações e reações diversas. O som, através da musicalidade, também faz parte de nosso cotidiano, onde os sons da natureza misturam-se com os sons da modernidade. A música é um grande reflexo da propagação dos sons.

Na Antiguidade pouco se tem informações sobre a música. Sabe-se que os instrumentos musicais faziam parte das ações cotidianas em determinadas camadas sociais, porém não se têm definido as interpretações das composições.

No Medievo os cantos faziam parte do culto cristão desde o início do Cristianismo. Com o passar dos tempos desenvolveram uma melodia intitulada de cantochão. Um personagem que ajudou a elaborar uma série de regras para manter um estilo adequado ao canto de hinos sacros foi Santo Ambrósio, portando se dá o nome de canto ambrosiano, às músicas que obedecem a essas regras. Com a presença do Papa Gregório, o Grande, criou-se o canto gregoriano através dos eclesiásticos, sendo esse mais conhecido na atualidade.

Com o passar dos tempos, muitos gêneros musicais foram surgindo, um deles foi a Clássico. Acreditava-se que a música deveria ter certo "requinte", capaz de fazer com que as pessoas sentissem emoções de uma forma "refinada", também considerada, "educada", assim, clássica.

Em sua maioria, eram as classes mais abastadas que usufruíam desse estilo musical, pois eram considerados cultos o suficiente para entendê-las. Já no estilo do Romantismo, acreditava-se que a música poderia ser acobertada de fantasias, capaz de refletir o emocional e expressar os sentimentos mais intensos. Vale ressaltar nesta época Beetho-

ven, sendo fundamentalmente um classicista, mas compôs obras de estilo romântico.

A música Contemporânea classifica-se como tal, após os movimentos impressionistas e regionalistas, não trazendo consigo uma uniformidade.

Alguns autores classificam duas escolas como sendo primordiais para o entendimento deste gênero musical, sendo: Música de Vanguarda e as tendências neoclássicas e neorromânticas. Para a música contemporânea destacam-se também as músicas eletrônicas, e as aleatórias, sendo esses muitos apresentados entre a maioria das classes sociais.

Atualmente no Brasil, estamos convivendo com um "amaranhado" de estilos e gêneros musicais, onde as músicas populares têm, cada vez mais, conquistadas o público em geral. Porém, vale ressaltar, que um grande número de pessoas fazem parte de estilos advindos de outros países, permanecendo inerentes aos mesmos.

Conforme Pontes (2008) afirma, o cantar é brincar com os sons, ritmos, sensações e sentimentos, é uma forma específica de compreender e interagir com a realidade. A música na educação é (ou deveria ser) vista como um processo global, progressivo e permanente e suas formas de aperfeiçoamento deveriam ser constantes, pois independente do meio, sempre haverá diferenças individuais e ambientais e que, consequentemente, necessitam de um tratamento diferenciado.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal. Nesse processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais e éticas. (BRASIL, 1998).

Muitas são as linguagens que nos cercam. Pode ser a linguagem escrita, a plástica, oral, corporal, musical, enfim, fazemos, vivemos, construímos e usamos diversas delas, seja no trabalho, no lar, onde quer que estejamos.

Todo sistema de signos que serve de meio de comunicação entre indivíduos e pode ser percebido pelo diversos órgãos dos sentidos, o que leva a distinguir-se uma linguagem visual, uma linguagem auditiva, uma linguagem tátil, etc., ou ainda, outras mais complexas, constituídas, ao mesmo tempo de elementos diversos

O ambiente da educação infantil é repleto de repertórios musicais. Muitos professores utilizam a música de maneira errada, quando não dominam esse assunto.

Rosa (1990, p.19) identifica a música como "uma linguagem expressiva e as canções são veículos de emoções e sentimentos, e podem fazer com que a criança reconheça nelas seu próprio sentir"

Seguindo Romanelli (2009), a música é denominada como [...] "é uma linguagem comum a todos os seres humanos e assume diversos papéis na sociedade, como função de prazer estético, expressão musical, diversão, socialização e comunicação". Na escola, [...] "a música é linguagem da arte, [...] é uma possibilidade de estratégia de ensino, ou seja, uma ferramenta para auxiliar a aprendizagem de outras disciplinas".

A música também auxilia na fase de adaptação à escola, ou mesmo na comunicação não verbal. Crianças de educação infantil, muito pequenas, tendem a retrair-se e não ter contato com ninguém. Não falam, não murmuram, no máximo emitem sons com um determinado ritmo. Muitas vezes o educador conversa com essa criança, por meio de uma comunicação não verbal, ele tenta murmurar como a criança e vai conseguindo promover uma adaptação desta criança.

Manusear os instrumentos, assim como criá-los, criar coreografias também é trabalhar com música.

Muitos pensam que música é só cantar! Mas ela vai além, pois permite experiências concretas, desde experimentar o instrumento, assim como criá-lo, separar os instrumentos por sons, seriá-los.

Dentro da música de cultura infantil podemos encontrar além do acalanto, as parlendas e os brincos, conforme nos diz Brito (2003). Há também os brinquedos de roda, que comportam poesia, música e dança. Várias são as culturas envolvidas neste aspecto, como a lusitana, espanhola, africana, ameríndia e francesa Facilitando o processo ensino-aprendizagem, e também favorece a criança de Educação Infantil de 5 e 6 anos, ensinando-a a apreciar o valor de uma peça musical, despertando na criança o gosto pela musica, aquisição de novos conhecimentos, concentração, autonomia, criticidade, sendo um importante instrumento didático.

Trabalhar usando a musica como ferramenta de apoio é com certeza estimulante, principalmente por ela dar condições de observar a percepção musical das crianças e a sua melhora na sensibilidade, no raciocínio e em sua expressão corporal

Nas atividades, em princípio, todos os instrumentos musicais podem ser utilizados no trabalho com a criança pequena, procurando valorizar aqueles presentes nas diferentes regiões, assim como aqueles construídos pelas crianças.

Deve-se promover o crescimento e a transformação do trabalho a partir do que as crianças podem realizar com os instrumen-

tos. Poderá, por exemplo, explorar os timbres de elementos ligados a um projeto sobre o fundo do mar (a água do mar em seus diferentes momentos, os diversos peixes, as baleias, os tubarões, as tartarugas etc.), lidando com a questão da organização do material sonoro no tempo e no espaço e permitindo que as crianças se aproximem do conceito da forma (a estrutura que resulta do modo de organizar os materiais sonoros).

Os contos de fadas, a produção literária infantil, assim como as criações do grupo são ótimos materiais para o desenvolvimento dessa atividade que poderá utilizar-se de sons vocais, corporais, produzidos por objetos do ambiente, brinquedos sonoros e instrumentos musicais.

O docente deve observar o que e como cantam as crianças, tentando aproximar-se, ao máximo, de sua intenção musical. Neste caso, após a fase de definição dos materiais, a interpretação do trabalho poderá guiar-se pelas imagens do livro, que funcionará como uma partitura musical..

Segundo Koellreutter, "a música é um meio de comunicação, que serve-se de uma linguagem... para a tomada de consciência do novo, ou do desconhecido" (1997, p 72), desta forma entende-se que a linguagem musical é um poderoso meio para transmitir valores, expressar juízos, reforçar esteriótipos ou preconceitos.

Muitas vezes por falta de fundamentação teórica consistente ou por uma formação docente inadequada, o processo de musicalização infantilou de sensibilização musical negligencia questões tão importantes e determinantes para a vida daquela criança que está em formação.

Entende-se por musicalização é um processo de conhecimento a respeito da música, tem como objetivo despertar e desenvolver o gosto musical da criança. Segundo Bréscia (2003), afirma que favoreçe o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, concentração, atenção, autodisciplina, socialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o desenvolvimento deste trabalho, percebe-se que a utilização de projetos é indispensável à nossa prática pedagógica, pois, trazem inovações, proporcionando uma aprendizagem mais interessante e prazerosa, tendo em vista o caráter dinâmico do mesmo.

Atividades como ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mãos, etc. despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atender as necessidades de expressão que passam pelas esferas afetiva, estética e cognitiva.

Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados.

Portanto, na aula de Arte o aluno não fica preso a ideias fixas, porém se própria de objetos que fazem parte do meio em que vive. Ele raciocina sobre como reutilizar os materiais disponíveis e cria uma nova composição, despertando o senso crítico de suas produções e dos colegas, o que colabora para processo de aprendizagem.

Vale apena salientar que a música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas e lazer, assim se torna indispensável sua presença no ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS

(org). História da arte-educação. São Paulo: Max Limonad, 1986.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

_____, Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. 33 ed. Brasília: MEC / SEF, 2001. v. 6.

CRUZ, Thiago A. N. Arte Contemporânea e Psicopedagogia: um complemento no processo de aprendizagem em sala de aula. Psique (São Paulo), v. VI, pp. 40-45, 2011.

CUNHA, Rosemyriam. Jovens no espaço interativo da musicoterapia: o que objetivam por meio da linguagem musical. Universidade Federal do Paraná, 2003. Dissertação de mestrado.

_____. Musicoterapia social e comunitária. Texto apresentado em mesa redonda do XXII Simpósio de Musicoterapia – Goiânia, 2006

DUARTE JR, João Francisco. Por que arte-educação? Campinas: Papirus, 1994.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de R.Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1993.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T.; FUSARI, Maria F. de R. Metodologia do ensino de arte. São Paulo: Cortez, 1993.

LOWENFELD, Viktor, BRITTAIN, W. L. Desenvolvimento da capacidade criadora. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo, Editora Mestre,2010.

MENDES, Enicéia. Reconstruindo a concepção de deficiência na formação de recursos humanos em educação especial. In: Perspectivas multidisciplinares em educação Especial.